

Secretaria deu aval para escolas fantasmas

■ Instituições desviavam verbas do Fundo Nacional de Educação, num esquema que pode ter a conivência de servidores do MEC

RENATO FAGUNDES

A Secretaria de Estado de Educação deu seu aval a escolas fantasmas usadas para desviar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ano passado, a Coordenadoria de Credenciamento Escolar da secretaria atestou que várias destas escolas atendiam às exigências necessárias para se credenciar junto ao Ministério da Educação (MEC) e receber verbas do salário-educação. Este dinheiro é usado para pagar bolsas de estudo de alunos indicados por empresas, que recolhem 2,5% de sua folha salarial ao FNDE. A secretária de Educação, Mariléa da Cruz, determinou ontem abertura de sindicância interna para apurar a possível conivência de funcionários da secretaria com o esquema.

Algumas escolas cujo credenciamento foi avalizado pela secretaria sequer tem autorização para funcionar no município onde deveriam existir. Uma delas é o Instituto Modelar, cujo nome de fantasia é Colégio Cristo Rei, em Duque de Caxias. A ficha de credenciamento da escola — aprovada em janeiro de 1995 pela ex-coordenadora regional de Credenciamento Escolar, Terezinha Fabiano Conceição Rodrigues — informa que a instituição teria

capacidade para 1.200 alunos. O colégio, no entanto, não existe no endereço indicado, segundo o deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ). A Secretaria de Educação informou que Terezinha Fabiano foi afastada de seu cargo em abril do ano passado.

Alexandre Cardoso solicitou à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias a lista de escolas autorizadas a funcionar no município e descobriu que o Instituto Modelar não consta da relação. A descoberta de que havia escolas in-existent na relação das beneficiadas pelos recursos do salário-educação levou o deputado a afirmar que haveria conivência de funcionários da Delegacia do MEC no Rio (Demec) com o esquema de fraudes, que estaria desviando mais de R\$ 1 milhão por mês do FNDE.

Credenciamento — A secretaria é a responsável pela checagem dos dados informados pelas escolas, conforme o artigo 4º da instrução do MEC, que regulamentou a participação de escolas particulares nos recursos do salário-educação. Segundo a instrução, a Demec só recebe o credenciamento do estabelecimento de ensino, se a secretaria estadual fornecer certificado “considerando-o apto a ministrar o ensi-

no na modalidade para a qual deseja se credenciar”.

Mariléa da Cruz reuniu-se, ontem à tarde, com a delegada do MEC no Rio, Sônia Moreira. Na reunião, as duas decidiram formar um grupo de trabalho conjunto para identificar os responsáveis pelas fraudes e criar mecanismos de controle mais eficientes. “O problema é antigo, o sistema é arcaico e as informações são confusas e desatualizadas”, disse a secretária. A comissão de sindicância que vai apurar a possível conivência de funcionários terá 30 dias para apresentar seus resultados. “Não queremos que denúncias sejam forçadas sem base”, disse Mariléa.

Segundo Alexandre Cardoso, há três formas de desviar o dinheiro do FNDE: apresentar alunos pagantes como bolsistas; receber bolsas por alunos fantasmas; ou criar uma escola fantasma. Os três casos, segundo Cardoso, só são possíveis com a conivência de funcionários públicos. As denúncias do deputado levaram o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a determinar a suspensão do pagamento referente ao último trimestre do ano passado. O FNDE custeia 70 mil bolsistas no Rio. Destes, segundo Cardoso, 50 mil são fantasmas.